



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE CASEIROS

Atesto para os devidos fins que o presente documento foi publicado na Saguão da Prefeitura Municipal de Caseiros, onde habitualmente se publicam os Atos Oficiais do Município, conforme determina o art. 75 da LOM, no período de

09/10/23 a 09/11/23

Em 09/10/23

*Vanila Bauão*



**PORTARIA Nº 366**

De 09 de outubro de 2023.

*Nomeia a Sra. Thais Borges de Abreu para as funções do cargo de provimento efetivo de Fiscal Ambiental e Sanitário e dá outras providências.*

**Prefeito Municipal de Caseiros**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, e nos termos Lei nº 1223, de 19.12.2022, e demais dispositivos aplicáveis à espécie, e de acordo com o resultado final do Concurso Público Homologado pelo Edital nº 023/2023, de 23.08.2023:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear em caráter efetivo a Senhora **THAIS BORGES DE ABREU**, para exercer o cargo de **Fiscal Ambiental e Sanitário**, padrão 7, classe “A”, com 40 horas semanais, em virtude de ter sido aprovada em primeiro lugar no concurso público municipal n. 001/2023, ficando lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, sujeito a alteração de local conforme organização dos serviços, a critério da administração.

§ 1º - A candidata ora nomeada deverá tomar posse em até 10(dez) dias a contar desta data e entrar em exercício em 05(cinco) dias a contar da posse.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer à posse ou exercício nos prazos estipulados no parágrafo anterior.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, registre-se, publique-se e archive-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caseiros - RS, em 09 de outubro de 2023.

*Marcos Cazanatto*  
**Marcos Cazanatto**  
Prefeito Municipal

*Oportuno enfatizar que se observe as diretrizes relacionadas ao compartilhamento de dados bem como Termos de Uso e Políticas de Privacidade, que devem ser claros e transparentes, de modo a demonstrar a efetiva adoção de boas práticas pela entidade no que diz respeito ao tratamento de dados alheios, em acordo com a Lei nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 (LGPD), ficando o poder executivo e servidor isento de qualquer responsabilidade, em eventual vazamento de dados.*